



Roda da Fortuna

Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medievo
Electronic Journal about Antiquity and Middle Ages

Carmona Gutiérrez, Jessica; Reche Ontillera, Alberto; Rodríguez Casillas, Carlos J.
Souza, Guilherme Queiroz de; Vianna, Luciano José (Eds.).
Poder y Violencia durante la Edad Media Peninsular (siglos XIV y XV)

André Luiz Bertoli¹⁷⁸

Guerra, Legitimação e Poder no norte da África. As fontes portuguesas (1415-1471)

War, Legitimation and Power in North Africa.
The Portuguese documents (1415-1471)

Resumo:

Neste texto, apresentado no I Congresso Internacional de Jóvenes Medievalistas Ciudad de Cáceres (2012), realizou-se a exposição de alguns fundos e catálogos portugueses que possuem documentos referentes à ação lusitana no Norte da África durante parte do século XV. A ênfase foi dada à apresentação dos fundos encontrados no Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT), aos documentos presentes na coletânea documental intitulada *Monumenta Henricina* e, também, em alguns trechos da *Crónica da Tomada de Ceuta* de Gomes Eanes de Zurara (c.1410-1474). Assim, denota-se através da produção documental, tanto o interesse português nas terras em África, como, principalmente, a política régia para a construção de um discurso legitimador das conquistas naquele espaço.

Palavras-chave:

Guerra; legitimação; poder.

Abstract:

In this text, presented in the I Congresso Internacional de Jóvenes Medievalistas Ciudad de Cáceres (2012), it was shown some Portuguese catalogs and files in which can be found documents relating to the Lusitanian action in North Africa during part of the 15th century. The idea was to emphasize some collections that can be found in National Archive Torre do Tombo (ANTT); some documents presented in the *Monumenta Henricina*; and also, some parts of the *Crónica da Tomada de Ceuta*, written by Gomes Eanes de Zurara (born c.1410–d.1474). Thus, through the documents it was noticed the Portuguese interest in North Africa, and, mainly, the Royal concern to build a legitimizing discourse to those conquests.

Keywords:

War; legitimization; power.

¹⁷⁸ Doutorando em História Medieval pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL); Investigador Integrado do Instituto de Estudos Medievais (IEM/FCSH-UNL) e Membro do Núcleo de Estudos Mediterrânicos (NEMED/UFPR); Bolsista de Doutorado (SFRH/BD/77667/2011) da Fundação de Ciência e Tecnologia, Portugal; andrelbertoli@gmail.com

No presente trabalho, além de uma concisa contextualização, também foi realizada uma breve exposição de alguns fundos e catálogos de um arquivo português – o Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT) – que possui documentos referentes ao início da expansão para o Norte da África. Ademais, foram apresentadas algumas crônicas portuguesas, destacadamente, as obras de Gomes Eanes de Zurara. Destas últimas, sobressaíram-se alguns trechos da *Crónica da Tomada de Ceuta*, que foram explorados na derradeira parte do texto que se apresenta. Para além destes fundos, catálogos e crônicas, destaca-se, ainda, a coletânea documental intitulada *Monumenta Henricina*, de onde foram selecionadas algumas das fontes sobre as quais também foi realizada uma breve análise. Os documentos e os excertos da crônica que foram escolhidos estão de acordo com a temática proposta, tendo como foco a guerra contra o muçulmano no Norte da África e o discurso legitimatório em torno desta empreitada bélica portuguesa. Para o melhor desenvolvimento do texto, este foi dividido em dois subtítulos, que, por sua vez, contêm três momentos distintos: uma breve contextualização; a introdução ao conjunto de fundos documentais; e, por fim, a apresentação e análise dos documentos escolhidos.

1. Breve contextualização – Portugal no Norte da África¹⁷⁹

O período sobre o qual versa este trabalho, 1415-1471, é marcado por diversas reviravoltas políticas em Portugal e, num espaço mais amplo, na Península Ibérica e na Cristandade. Por exemplo, na primeira metade do século XV, nota-se: a tentativa de apaziguar e afastar definitivamente o possível reiniciar do conflito em grandes proporções com Castela; a retomada da guerra contra os Muçulmanos desde a conquista de Ceuta (1415); aproximação política ao Reino de Aragão; o desenrolar da política de expansão portuguesa para fora da Península Ibérica, opondo-se aos interesses castelhanos sobre o Atlântico e o Norte da África; a travessia do Cabo Bojador (1434); o desastre de Tânger (1437); uma crise sucessória após a morte do Rei D. Duarte (1438) e a menoridade de D. Afonso V; o alçamento da Regência do Infante D. Pedro que, por sua vez, virou as costas para Aragão e se aproximou de Castela; após cerca de dez anos, o fim da Regência de D. Pedro (1448), seguido por uma crise interna que resultou na Batalha de Alfarrobeira e na morte do ex-regente (1449). No pós-regência, já na segunda parte dos quatrocentos, controlada ou contornada a instabilidade interna em Portugal, D. Afonso V se concentrou na luta

¹⁷⁹ Para a indicação de uma bibliografia mais alargada e informações gerais sobre o contexto, ver os Capítulos V, VI e VII do texto de Bernardo Vasconcelos e Sousa, “I Parte – Idade Média (séculos XI-XV)” (Sousa, 2009: 135-196).

contra os muçulmanos, inicialmente apoiando a Cruzada no Oriente proclamada pelo papa Calisto III três anos após a queda de Constantinopla (1453). Frustrada esta “missão”, o rei português retomou as campanhas em África, conquistando Alcácer Ceguer (1458), Anafé (1464), Arzila (1471) e, com a tomada da última, Tânger e Larache foram abandonadas pelos mouros e ocupadas pelos portugueses. Em todo este período, além da contínua ação frente aos muçulmanos, outra constante foi o empenho para conseguir o reconhecimento Papal às conquistas portuguesas em África e nas Ilhas Atlânticas. O Papa, por vezes, apoiou Portugal, noutras, apoiou Castela.

Devido a este contexto conturbado, em Portugal, o século XV foi marcado pela pressão que vários grupos exerceram sobre a Coroa, e vice-versa, o que alternava em conformidade com os interesses das diversas facções (Thomaz, 1994: 60; Fernandes, 2000: 119; Moreno, 2001: 554; Nascimento, 2005: 09). Desta maneira, ao consultar as fontes e a bibliografia sobre o tema em apreço, é possível perceber que a expansão para o Norte da África dependia muito mais da soma de interesses dominantes do que de um plano prévio definido pela Coroa (Thomaz, 1994: 205; Costa, 1999: 40-41 e 57-58).

No entanto, se por um lado estas empresas bélicas favoreceram parte da nobreza guerreira agraciada pelo rei, por outro, elas geraram um grande custo financeiro e humano, bem como, enfrentaram muitas dificuldades logísticas ao escoar homens e mantimentos para a guerra no Norte da África (Moreno, 2001: 554; Costa, 1999: 46). Por este motivo e, também, por razões de ordem política, os interesses divergentes dos nobres lusos em torno da guerra contra os “infiéis” na Península Ibérica ou no Marrocos já eram notados na documentação portuguesa, inclusive em vários capítulos do *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte* (6, 8, 9, 10, 11, 20, 21 e 22), também conhecido como *Livro da Cartuxa*. Assim, desde o início da expansão movida por D. João I até a época de D. Afonso V, o *Africano*, sempre foram presentes tanto as manifestações de apoio como as contrárias à expansão/conquistas em prática no Norte da África. Como se sabe, estas manifestações foram realizadas por parte da nobreza e, ainda, por outros grupos da sociedade portuguesa (Moreno, 2001: 554).

Portanto, pode-se dizer que a expansão foi uma política bélica de muitas faces, pois incidia sobre os interesses do rei, da nobreza, do clero e do Terceiro Estado (Thomaz, 1994: 60), muitas vezes acarretando na renovação, ou rompimento, das relações entre o rei e certos grupos (Farinha, 1999: 27-28; Nascimento, 2005: 88; e Orta, 2007: 71). Consequentemente, durante este período conturbado, a guerra e as mercês foram estratégias necessárias à recém-estabelecida dinastia, Avis, que buscava legitimar seu poder e conquistar sua base de sustentação (sobre a importância e a relação entre a guerra e as mercês no medievo e início da modernidade, ver: Mattoso, 1993; Costa, 1999: 45-46; e Olival, 2002). Ademais, as conquistas em África ofereceram o lugar e as condições de ascensão social para

determinados grupos; de penalização para outros – no caso dos degredados –; bem como uma via de escape capaz de aliviar as tensões presentes no reino (Mattoso, 1993: 137; Orta, 2007: 71).

2. Os Fundos Documentais e os vestígios da “Guerra, Legitimação e Poder” em algumas fontes portuguesas do século XV

Segundo João Gouveia Monteiro em seu livro *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, e Miguel Gomes Martins em sua tese *Para Bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média*, a guerra medieval era um fenômeno social multifacetado e complexo, que hoje deve ser analisada a partir de vários aspectos. Como uma atividade humana, a guerra pôde definir a consciência de unidade, a religiosidade, as ideologias, a organização social, o sistema político, econômico, cultural e intelectual, também sendo influenciada por estes fatores.

Desta maneira, sendo um fenômeno que atravessava horizontalmente e verticalmente a sociedade medieval, a guerra também era um fator que influenciava e marcava profundamente a produção dos documentos. Assim, o corpus documental que se sobressai no contexto em estudo pode ser dividido em dois grandes grupos: por um lado, as crônicas que narram às guerras (produzidas sob encomenda régia e/ou nobiliárquica); por outro, os “documentos da prática”, de caráter administrativo (cortes, chancelarias, leis, etc.).

Dentre as crônicas, para o período de interesse, destacam-se as obras de Gomes Eanes de Zurara, as quais dizem muito sobre o tema em apreço. Os textos deste cronista régio são: a *Crónica da Tomada de Ceuta* (escrita entre 1449-1450, esta obra narra desde a organização do ataque até a conquista de Ceuta em 1415); a *Crónica dos feitos de Guiné* (redatada em 1452-1453 e complementada cerca de 1460, é a narrativa dos feitos portugueses que se passaram na costa africana para além do Magreb entre 1420 e 1450); a *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses* (composta entre 1458 e 1464, é relativa à ação deste Capitão de Ceuta entre 1415-1437); e a *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses* (escrita entre 1464 e 1468, esta obra nos conta os feitos do Capitão de Alcácer Ceguer entre 1458 e 1464).¹⁸⁰ É perceptível que estas obras, escritas entre 1449 e 1468, versam sobre um período mais longo, no qual se destacam os feitos lusitanos em África desde a conquista de Ceuta, em 1415, até pouco depois da morte do Conde D. Duarte de Meneses, em 1464. Mas não eram simples narrativas sobre o período das conquistas no norte da África e das viagens e curso pelas costas ao sul daquele continente, pelo contrário.

¹⁸⁰ Informações básicas sobre os textos de Zurara em: (Gomes, 1993: 687-690).

Destarte, ao usar a pena, Zurara memorava e legitimava o exercício do poder régio e os interesses da casa de Avis, bem como, destacava e justificava o uso da espada pelos nobres (Guimarães, 2004: 269-271; Bertoli, 2009: 42-44 e 56). Da mesma maneira que nas crônicas de Fernão Lopes, nas obras de Zurara, as construções e representações da sociedade portuguesa refletiam os interesses da nova dinastia reinante. Neste sentido, Marcella Lopes Guimarães afirma que aqueles textos (de Lopes e de Zurara) eram “códices medievalizantes que persistiram quicá para responder às aspirações da velha nobreza e para educar a nova, de raiz secundogênita” (Guimarães, 2005: 25).

Na mesma linha de análise de Marcella Guimarães, Daniel Orta – focado principalmente no reflexo dos textos cronísticos na nobreza lusitana – opina que Gomes Eanes de Zurara escreveu sobre a nobreza, incluindo a família real, pois “[...] a inserção dos homens nestes textos não apenas significava sua heirocização, mas a possibilidade de outros de sua linhagem adquirir benefícios e terem um exemplo a seguir” (Orta, 2007: 67). Segundo o próprio cronista, a escrita era importante para preservar a memória sobre os homens e os feitos realizados ao serviço do rei (Zurara, 1978: 41-43), o que gerava dividendos. Além dos possíveis benefícios que seriam distribuídos aos “merecedores”, também havia a intenção de exaltar e disseminar um perfil nobiliárquico guerreiro que, de certa forma, serviria de modelo à nobreza portuguesa – ao menos àquela que enfrentava os muçulmanos num constante embate no Norte da África (Krus, 1993: 174).

Outro fator recorrente nas crônicas medievais é a representação da ação da “cavalaria desordenada” – reminiscência cultural ancestral – e da “cavalaria ordenada” – proveniente da tentativa de controle da força física através da moralização dos guerreiros e cristianização da guerra (Rosa, 2009: 384-385 e 394). Sabe-se que os efetivos militares realizavam desde atos de rapina desordenados até ataques premeditados buscando minar a moral, a base econômica e as forças do inimigo, ou seja, toda a população era um alvo em potencial. Porém, na Cristandade Medieval, foram propostos limites legais, religiosos e modelos de conduta para as ações bélicas, como, por exemplo, as propostas para uma cavalaria idealizada e “ordenada” que surgiram em diferentes espaços e períodos, mas que, obviamente, tiveram o cristianismo como influência comum.

Sobre isso, Richard W. Kaeuper em *Holy Warriors: the Religious Ideology of Chivalry* e em *Chivalry and Violence in Medieval Europe*, além de Sean McGlynn em *By Sword and Fire: Cruelty and Atrocity in Medieval Warfare*, afirmam que o advento de uma “cavalaria reformada” não transformou profundamente nem rapidamente a forma de agir do cavaleiro, seja no campo de batalha ou frente à população. Percebe-se nas fontes medievais – sobretudo nos manuais de cavalaria e nas crônicas, mas também em alguns capítulos de cortes que abordam a violência guerreira e as determinações régias para regular a ação deste grupo –, que a cavalaria estava dividida entre um ideal e uma prática, sendo o primeiro um mito de inspiração eclesiástica e literária

que, geralmente, não condizia com a realidade das contínuas violências praticadas nos contextos bélicos.

Estes aspectos são perceptíveis na obra de Zurara, marcados pelo paradoxo que definia a cavalaria (ideal versus prática; cavalaria ordenada versus cavalaria desordenada; piedade cristã versus glória em armas), afinal, a moralização dos guerreiros e a cristianização da guerra nunca foram plenas no medievo. Como já afirmado no texto “Modelos de ação bélica na Crônica de D. Duarte de Meneses – Texto, Contexto e Representação”, os próprios reis, dentre os quais D. Afonso V, são bons exemplos deste paradoxo da cavalaria medieval. Mas não só as figuras régias estão presentes na representação dos cronistas, pois, “idealizava-se a figura do rei, do[s] capitão[ões] e do[s] cavaleiro[s], mas na guerra e em qualquer embate com armas, a prática e a realidade eram muito mais cruas do que o ideal” (Bertoli, 2012: 196). Todavia, independente dos choques entre os modelos exemplares propostos e a prática da ação guerreira, a ideia da cavalaria cristã estava presente e era grande a importância de suas propaladas virtudes e valores na sociedade medieval, principalmente para a nobreza.

De maneira geral, todas as obras de Zurara representam a “cronística oficial” do reinado de D. Afonso V (Krus, 1993: 174), no qual se destacou o projeto de conquista portuguesa no norte da África e o exercício e triunfo da cavalaria cristã sobre os inimigos da cristandade. Ao ser cronista dos nobres, enaltecendo-os, Zurara também foi cronista do rei que os tinha em sujeição. Assim sendo, como cronista régio que destacou a nobreza que circundava o rei, Zurara intensificou o papel dos nobres e da cavalaria em seus relatos, realçando o “perfil ideal” da nobreza cristã em oposição ao mouro (Nascimento & Cardoso, 2007: 04). Além disso, também legitimou o poder régio e suas ações no início da expansão portuguesa no século XV.

O segundo núcleo documental é formado por um conjunto de fundos relacionados à prática administrativa, nos quais é possível encontrar vestígios sobre os efeitos da guerra e da violência guerreira. Destacam-se, então, as chancelarias régias de D. João I, D. Duarte e D. Afonso V,¹⁸¹ e, ainda, os capítulos de cortes dos

¹⁸¹ Para o período em estudo, encontram-se publicadas pelo Centro de Estudos Históricos da FCSH-UNL a chancelaria de D. João I (*Chancelarias Portuguesas: D. João I. 1384-1433*, dividido em 4 volumes e 11 tomos. Edição preparada por João José Alves Dias; Coleção dirigida por A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004-2006) e a chancelaria de D. Duarte (*Chancelarias Portuguesas: D. Duarte. 1433-1438*, dividido em 3 volumes e 2 tomos, vol. I, *Livro da Casa dos Contos*, vol. II, e *Livro original de 1433-1435*, vol. III. Edição preparada por João José Alves Dias; Coleção dirigida por A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998-2002), enquanto a chancelaria de D. Afonso V pode ser encontrada no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), onde estão disponíveis os sumários antigo – em papel – e novo – em base de dados nos computadores do ANTT –, enquanto a documentação está disponível para consulta através da plataforma digital (<http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=3815943>).

mesmos reinados.¹⁸² No Arquivo Nacional Torre do Tombo há, também, coleções razoavelmente descritas, como: *As Gavetas da Torre do Tombo*, o *Inventário do Núcleo Antigo* e a *Colecção Especial*. Nas cortes, chancelarias e nos outros fundos já citados, há diversos tipos de documentos, dentre os quais: cartas de degredo; cartas de perdão; concessão de títulos, benesses e mercês; correspondências entre reis, Papas, membros da alta nobreza, representantes dos municípios e do clero, etc.; declarações de guerra; tréguas, acordos e tratados de paz; acordos matrimoniais; Bulas Papais; entre outros.

Esta documentação da “prática” pode ser selecionada através dos seguintes catálogos: *As Gavetas da Torre do Tombo*, produzido pelo Centro de Estudos Históricos Ultramarinos entre 1960 e 1977;¹⁸³ o *Inventário do Núcleo Antigo*, publicado pelos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo;¹⁸⁴ e, por fim, a *Monumenta Henricina*, coletânea documental publicada pela Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.¹⁸⁵ Na plataforma Digitarq da Torre do Tombo (<http://digitarq.dgarq.gov.pt/>), também é possível consultar e selecionar documentos referentes às Cortes de D. João I e D. Afonso V, ainda não publicadas, bem como os documentos da *Colecção Especial*.¹⁸⁶ Muitos documentos já estão digitalizados, porém, grande parte da documentação só pode ser consultada presencialmente no arquivo.

Para um trabalho mais dilatado e com um vasto conjunto documental, é importante destacar que, devido às distintas fontes e ao contexto amplo, seria

¹⁸² Encontram-se sistematicamente publicadas pelo Centro de Estudos Históricos da FCSH-UNL as cortes de D. Duarte (*Cortes Portuguesas: Reinado de D. Duarte. Cortes de 1436 e 1438*. Organização e revisão geral por João José Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2004). Enquanto as cortes de D. João I e de D. Afonso V estão disponíveis no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Alguns documentos só podem ser consultados presencialmente no arquivo – em suporte de pergaminho, papel ou microfilme –, enquanto outros já estão digitalizados e podem ser vistos na base de dados on-line do ANTT (<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4411501>). Ainda há publicações esparsas de diversos capítulos de cortes, bem como, há o importante estudo de Armindo de Sousa intitulado *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*.

¹⁸³ Importante catálogo para a consulta prévia deste fundo. No dito catálogo – referência completa na bibliografia –, além de indicar a localização dos documentos no fundo documental, também podem ser encontrados muitos documentos já publicados a respeito da expansão ultramarina.

¹⁸⁴ Inventário indicado na bibliografia, porém, diferente do anterior, neste não há documentos publicados na íntegra.

¹⁸⁵ Nos 15 volumes desta coletânea documental estão presentes muitos documentos já publicados na íntegra ou parcialmente. Como é possível notar ao longo de sua consulta, os documentos encontrados nesta coletânea foram levantados em diversos fundos de vários Arquivos portugueses, aragoneses, castelhanos, do Vaticano, etc.

¹⁸⁶ Não existe a publicação de um sumário descritivo sobre a documentação deste fundo, no entanto, há um índice preparado pelos Professores Doutores Luís Filipe Oliveira e João Luís Fontes, que está disponível para a consulta dos investigadores do IEM/FCSH-UNL. Agradeço imenso a estes Historiadores.

necessário elaborar diferentes questionários para a análise dos documentos, levando em conta a especificidade tipológica, os contextos de produção, as instituições produtoras, os seus autores e patrocinadores. Também é importante enfatizar que não se deve procurar sublinhar qualquer dicotomia entre o "vivido" e o "representado" nas crônicas, que variavam conforme a construção cronístico/literária/representacional fruto do contexto, dos interesses e poderes vigentes, bem como, da própria inserção e proximidade do cronista com as instituições e figuras de poder, além de sua própria experiência. Sendo assim, deve-se procurar encontrar a comparatividade possível e, ainda, colmatar as lacunas e representações dos vários discursos presentes nos diversos documentos.

Após esta breve apresentação de alguns fundos documentais da prática administrativa, o foco se dá na análise de alguns documentos onde se destacam a legitimação da guerra e do poder, entrando no mérito do discurso religioso que justificava e legitimava a guerra frente aos muçulmanos. Assim, estendendo a compreensão das práticas da Reconquista para a expansão portuguesa no norte da África, que outrora também foi território visigodo, Maria de Lurdes Rosa afirma em seu texto "Do *Santo Conde* ao mourisco mártir" que "[...] o estabelecimento dos Portugueses foi feito sob o signo da continuidade da Reconquista e da Cruzada, e visava tanto à vingança pela invasão e ocupação das *Espanhas*, como a recuperação da antiga África Cristã." (Rosa, 2010a: 93). Nesta perspectiva, para a realidade portuguesa, a Reconquista¹⁸⁷ foi repaginada na Expansão para o norte da África, mantendo o discurso legitimatório cruzadístico que foi constante na mentalidade e na cultura ibérica por um período que vai além do Medieval.

Percebe-se, então, que tanto a reconquista territorial como a do espaço espiritual permeou a expansão portuguesa, continuidade da Reconquista Cristã em vários aspectos. Ao embasarem a guerra na África em valores religiosos, os reis de Avis receberam bulas e outros benefícios papais para o estímulo e a legitimação de suas conquistas. No entanto, além da recuperação de terras e do espaço espiritual cristão, haviam outros objetivos atrelados, alguns já indicados anteriormente, como a ação frente aos interesses castelhanos em Portugal, no norte da África e nas ilhas atlânticas, e, também, a política levada a cabo para a legitimação da dinastia de Avis, ambos os elementos destacados nos trabalhos de Luís Filipe Thomaz (Thomaz, 1994), António Dias Farinha (Farinha, 1999), João Paulo Oliveira e Costa (Costa, 1999), Marcella Lopes Guimarães (Guimarães, 2004) e tantos outros.

Num grande número de documentos – dentre crônicas, chancelarias, capítulos de cortes, cartas, bulas e outros –, é notório que a religião sempre teve papel fundamental nos discursos para dar ânimo aos cristãos decididos a guerrear contra os muçulmanos. Por exemplo, desde o início da *Crônica da Tomada de Ceuta*, nota-se o

¹⁸⁷ Movimento cristão que caracterizou a Península Ibérica Medieval na longa duração. Mais informações em dois textos com diferentes abordagens: (Lomax, 1984) e (O'Callaghan, 2004).

apelo ao substrato mental da Cruzada. Conforme descrito ao longo da construção narrativa de Zurara, era na luta contra os mouros e na afirmação da fé cristã que os fidalgos desempenhavam sua função e mostravam seus valores, realizando uma guerra que, afinal, era considerada “serviço de Deus” (Zurara, 1992).

Assim, sob a égide da Reconquista, no capítulo 52 daquela crônica, as palavras imputadas ao Frei João de Xira remetem ao direito sobre as terras de África que já foram cristãs e, por isso, deveriam ser recuperadas (Zurara, 1992: capítulo 52). Isto é legitimado na crônica através do apelo à guerra santa e, principalmente, com a promulgação da bula de Cruzada pelo Frei João de Xira, a 28 de Julho de 1415 (Zurara, 1992: capítulo 53). De acordo com Maria de Lurdes, “[o sermão do Fr. João de Xira] insiste em duas grandes idéias: por um lado, está-se a lutar numa Guerra Santa, com caracter redentor; por outro, é uma guerra justa, uma vez que os cristãos mais não fazem do que recuperar territórios usurpados.” (Rosa, 2010a: 94). Por conseguinte, o mesmo personagem clama por direitos territoriais baseados numa ideia espacial-religiosa – a cristandade ocidental antes da queda do reino visigodo – e classifica o movimento bélico português como justo e santo.

Ainda na *Crônica da Tomada de Ceuta*, também é enfatizada a representação dos portugueses, denominados “soldados de Cristo” no discurso imputado pelo cronista ao Capelão-mor, Martim Pais, e, sobretudo, a crença no “poder da Santa Cruzada” (Zurara, 1992: capítulo 71). Dentre o conteúdo presente na crônica, nota-se a mentalidade aguerrida contra o muçulmano, a exaltação da fé cristã, bem como a representação da guerra santa, dos seus ritos e suas práticas (Zurara, 1992). Logo, é constante na obra de Gomes Eanes de Zurara a glorificação da guerra contra o Islã como um “serviço de Deus” e, também, a exaltação dos guerreiros e da nobreza portuguesa que, ao lutar por uma causa justa e santa, foram representados pelo cronista como os “novos cruzados” a iniciar a “Reconquista” das terras de África (Bertoli, 2009; Bertoli, 2012: 197-198).

Em relação à guerra contra o muçulmano e as conquistas portuguesas em África, ainda há cartas publicadas na *Monumenta Henricina* que referenciam o anseio dos reis e da nobreza cristã não lusitana sobre o tema. No volume II, documento 106, que é uma carta do rei D. Fernando I de Aragão para o rei D. João I de Portugal, datada de 18 de Outubro de 1415, o rei aragonês felicitou D. João I pela conquista de Ceuta e exprimiu o seu entendimento de que tal feito foi realizado ao serviço de Deus e pela exaltação da Cristandade (*Monumenta Henricina*, 1960: vol. II, doc. 106). Pode-se afirmar que este era o argumento geral e dominante, mas não único, para a justificação da guerra contra o muçulmano e legitimação das conquistas frente àqueles. Destaca-se o fato de que o próprio rei aragonês, ainda na década de 1410, enquanto infante e regente de Castela, havia movido guerra contra os mouros de Granada.

Após a morte de D. João I em 14 de Agosto de 1433,¹⁸⁸ D. Duarte não deu continuidade imediata ao alargamento das conquistas no Norte da África. Somente após uma relutância inicial, que o levou a consultar os grandes fidalgos do reino e o seu Conselho,¹⁸⁹ o rei acabou por se mostrar definitivamente favorável à guerra em África. Os seus motivos estão expostos no capítulo 22 do *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*. Resumidamente, considerava-a um serviço de Deus; esperava continuar os feitos de seu pai, D. João I, para não deixar o bom nome das armas de Portugal ser esquecido; e, por fim, para ocupar os nobres num feito honrado (D. Duarte, 1982: capítulo 22). Para o monarca e alguns nobres, aquela era uma guerra justa, logo, legítima, que tinha como principal objetivo reduzir os “infiéis” à obediência ao cristianismo ou eliminá-los, recuperando os antigos territórios da cristandade através da força e, quando possível, convertendo os inimigos submetidos.

Interessa, também, uma carta escrita em 17 de Julho de 1437, pouco antes do ataque à Tânger. Esta carta do rei D. Duarte comunicava ao bispo de Viseu, D. Luís do Amaral, que a bula de Cruzada já havia sido publicada em Lisboa, sendo, a seguir, imposto o sinal da cruz ao infante D. Henrique e a todos que foram naquela armada contra Tânger (*Monumenta Henricina*, 1964: vol. VI, doc. 44). Nota-se a importância das práticas e dos tradicionais elementos cruzadísticos empregados pelos que outrora iam à Terra Santa ou participavam da Reconquista peninsular, destacadamente, a publicação da bula de Cruzada e a imposição da cruz aos “soldados de Cristo”, sinais dados pela Igreja para o apoio, o incentivo e a legitimação da empreitada bélica.

No que diz respeito à manutenção do processo de legitimação da guerra contra o muçulmano e das conquistas territoriais lusitanas ao nível da cristandade, os Papas do século XV favoreceram reis, infantes, nobres e o clero português com a concessão de Bulas, o que também denota uma continuidade nas medidas que legitimavam a guerra contra o Islã. Normalmente, o reconhecimento dos Papas às guerras e conquistas contra os mouros legitimavam-nas frente aos outros reinos cristãos. Sabe-se, porém, que o rei Juan II de Castela questionou a validade das conquistas portuguesas sobre o território africano e, a 30 de Abril de 1437, obteve a *Bula Dominator Dominus* do Papa Eugénio IV (*Monumenta Henricina*, 1964: vol. VI, doc. 21), que revogou a *Bula Rex Regum* de 08 Setembro de 1436 (*Monumenta Henricina*, 1963: vol. V, doc. 133), a favor do rei de Portugal, por considerar que a última lesava os direitos castelhanos na conquista de África.

¹⁸⁸ Sobre a morte deste rei, ver o interessante estudo de Armindo de Sousa intitulado *A morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica* (1984).

¹⁸⁹ Algumas das respostas às consultas realizadas pelo rei podem ser vistos nos capítulos 6, 8, 9, 10, 11, 20 e 21 do *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte* (D. Duarte, 1982).

Em geral, nas súplicas dos reis, infantes, nobres e clero português ao Papa, constavam os mais diversos objetivos políticos, religiosos e militares, como: a nomeação de prelados; a nomeação de mestres das ordens militares; a fundação de capelas, igrejas, catedrais e mosteiros; o direito às dízimas eclesiásticas; o pedido de indulgência plenária e outros direitos dados aos cruzados da Terra Santa; e, ainda, o reconhecimento dos novos espaços conquistados. Sobre o tema de interesse, destacam-se três súplicas que dizem respeito à guerra em África, uma enviada ao Papa Martinho V por D. João I e duas enviadas ao Papa Eugenio IV pelo infante D. Henrique. Destas, a mais ampla é a súplica enviada por D. João I, escrita em quatro de Abril de 1418, pedindo ao papa o direito às remissões, indulgências e graças da Terra Santa para si, seus filhos e todos que os auxiliassem na guerra contra os muçulmanos; o direito de comercializar com os mouros; e o pedido para transformar a mesquita feita igreja em sé catedral de Ceuta (*Monumenta Henricina*, 1960: vol. II, doc. 142). Sabe-se que converter mesquita em igreja foi uma prática constante na Reconquista peninsular e, posteriormente, na expansão portuguesa em África. Assim, como avaliado por Maria de Lurdes, os portugueses esperavam efetivar não apenas a ocupação territorial, mas também uma “colonização religiosa” (Rosa, 2010b: 63).

As súplicas de D. Henrique aqui destacadas – sendo aquele infante o Governador da Ordem de Cristo (nomeado em 1420, como será visto a seguir) e Defensor de Ceuta –, buscavam, então, incentivar uma maior mobilização para a guerra e resistência frente ao inimigo presente em África. Assim, tanto em 01 Abril de 1434 como a 10 de Fevereiro de 1442, o infante suplicou ao Papa Eugenio IV a indulgência plenária perpétua; no primeiro caso, para todos os cristãos que o acompanhassem na luta contra os mouros (*Monumenta Henricina*, 1962: vol. IV, doc. 134); no segundo, para os cristãos que residissem por um ano contínuo em Ceuta (*Monumenta Henricina*, 1965: vol. VII, doc. 200). Ambos os pedidos buscavam reforçar os números para a defesa de Ceuta e a presença do poderio português em África, o que, naquela altura, estava de acordo com o projeto de alargamento das ações de conquista naquele território, ou, ao menos, manutenção e defesa da região já controlada (Ceuta e arredores). A concessão dos pedidos deu-se através das bulas, como não podia ser diferente.

Quanto às Bulas de Cruzada propriamente ditas, para o período entre 1410 e 1471, é possível encontrar três Bulas *Rex Regum* destinadas a três reis portugueses: D. João I, D. Duarte e D. Afonso V. A primeira foi concedida por Martinho V, a 04 de Abril de 1418, para a defesa de Ceuta e conquista de territórios circunvizinhos (*Monumenta Henricina*, 1960: vol. II, doc. 143); a segunda foi concedida por Eugenio IV, a 08 de Setembro de 1436, antes do ataque à Tânger (*Monumenta Henricina*, 1963: vol. V, doc. 133); e a terceira, também de Eugenio IV, concedida a 05 de Janeiro de 1443, pouco antes da morte em cativeiro do infante D. Fernando (*Monumenta Henricina*, 1965: vol. VII, doc. 232). Nelas foi ordenado que os prelados pregassem a Cruzada na Cristandade sempre que os respectivos governantes portugueses

solicitassem; também foi concedida a indulgência plenária e todas as imunidades e privilégios dos cruzados na Terra Santa para todos os combatentes e quem os financiasse; e, quanto ao direito de conquistas, a primeira bula reconhecia a Portugal todas as terras conquistadas, enquanto as demais salvaguardavam os direitos de Castela sobre determinados territórios em África.

Os três primeiros monarcas de Avis ainda receberam muitas outras bulas que, de alguma maneira, favoreceram a guerra contra o muçulmano em África. Cito três bulas de Martinho V, concedidas entre Março e Novembro de 1419 a pedido de D. João I, com o intuito de estimular a ida e permanência de defensores em Ceuta. Estas são a *Bula Ab eo qui humani* (*Monumenta Henricina*, 1960: vol. II, doc. 154), a *Bula Cum omnia uirtutum exercicia* (*Monumenta Henricina*, 1960: vol. II, doc. 170) e a *Bula Quia dilatacionem* (*Monumenta Henricina*, 1960: vol. II, doc. 174), que garantiram para todos os defensores de Ceuta o direito de, quando em perigo de morte, escolher o confessor que lhes garantiria a indulgência plena. Esta medida se estendeu de 1419 até 1444, ou seja, por 25 anos.

Como já indicado acima, percebe-se que as Bulas não privilegiavam somente reis. Novamente, o exemplo do infante D. Henrique se faz presente. A ele foi concedida a *Bula In apostolice dignitatis specula*, de Martinho V (*Monumenta Henricina*, 1960: vol. II, doc. 180). Nesta, a 25 de Maio de 1420, o Papa nomeou D. Henrique como Administrador Geral da Ordem de Cristo em Portugal. Este privilégio concedido àquele infante foi resultado do pedido feito pelo rei D. João I, que procurava, ao mesmo tempo, favorecer um dos infantes e garantir para o núcleo familiar régio as posições de poder nas ordens militares. Com esta medida, um infante passou a ser o responsável pelos bens, posses e freires da dita ordem, tendo, ainda, a responsabilidade de combater os muçulmanos. Não poderia deixar de citá-la, já que, de 1415 até 1460, D. Henrique foi uma figura muito importante no desenvolvimento dos planos e esforços bélicos em África. Graças ao empenho na guerra contra o mouro e nas viagens atlânticas, posteriormente, a Ordem de Cristo receberia através de outra Bula Papal a jurisdição espiritual e o direito às dízimas e aos impostos eclesiásticos nas terras até então ocupadas.

É perceptível que da mesma maneira que os conflitos em Ceuta e região eram constantes, também eram os esforços portugueses frente à Cúria Romana para legitimá-los. Com a crescente intenção de atacar Tânger, a partir da década de 1430, os portugueses reforçaram seus pedidos junto ao Papa. Todavia, após o fracasso daquele ataque e a prisão do infante D. Fernando em 1437, somado a morte de D. Duarte, em 1438, e a pouca idade do rei D. Afonso V, resultando numa conturbada situação interna, houve uma diminuição nas súplicas e, obviamente, na concessão de bulas e letras papais em favor da guerra que Portugal mantinha contra os muçulmanos no Magreb. Assim, na década seguinte, a sanha por conquistas no norte da África arrefeceu, principalmente devido às relações e aos problemas

internos e externos da regência e, ainda, por conta da impossibilidade de direcionar os diversos interesses presentes no reino e na corte.

Contudo, mesmo durante este período nebuloso do movimento de conquista português no norte da África, foram promulgadas Bulas que incitavam a defesa de Ceuta. No geral, estas garantiam as graças espirituais aos freires da Ordem de Cristo e para qualquer outra pessoa que pudesse socorrê-la pessoalmente ou através de soldados pagos, como visto na *Bula Propugnatoribus fidei* (*Monumenta Henricina*, 1965: vol. VII, doc. 227) e na *Bula Illius qui se pro divini*, ambas de 03 de Dezembro de 1442 (*Monumenta Henricina*, 1965: vol. VII, doc. 228).

Posteriormente, alguns anos após o fim da regência do infante D. Pedro (1448) e a Batalha de Alfarrobeira (1449), os esforços portugueses na guerra contra os muçulmanos foram reforçados. Incentivado por uma mentalidade cavaleiresca cristã, pela política de conquista iniciada pelo primeiro monarca da dinastia de Avis, pela paz com os vizinhos, por Bulas – como a *Dum diversas*,¹⁹⁰ de 18 de Junho de 1452 (*Monumenta Henricina*, 1970: vol. XI, doc. 146) –, e, também, pela queda de Constantinopla (1453), D. Afonso V viu a oportunidade para dar prosseguimento a guerra contra o muçulmano, seja no Oriente (projeto que, como é de conhecimento comum, não foi realizado), ou nas conquistas em África.

Desta forma, em 1453, quando Constantinopla foi tomada pelos Turcos, o rei português se comprometeu com a Cruzada Papal para recuperá-la, recebendo, por isso, benefícios sobre as dízimas eclesiásticas em Portugal. Gorado os esforços do Papa para mover tal Cruzada, Afonso V novamente redirecionou seu empenho – e os benefícios e rendas concedidos pelos Papas – para a guerra ao mouro no norte da África. Algum tempo depois, no ano de 1458, os portugueses conquistaram Alcácer-Ceguer e, por mais de dez anos, continuaram a guerra contra os muçulmanos de África. Em 1471 tomaram Larache e, finalmente, ocuparam a tão almejada Tânger. Receberam, por isso, contínuo apoio e benesses papais através de suas Bulas. Entretanto, após estas conquistas, devido à crise sucessória e a morte de Henrique IV em 1474, a ambição de D. Afonso V se voltou para a Península Ibérica, especificamente, para o trono Castelhana, o quê, por si só, já é tema para outro texto.

¹⁹⁰ Bula de Nicolau V endereçada a D. Afonso V, autorizando-o a mover guerra contra os sarracenos e a conquistar-lhes os territórios, mesmo se os direitos de conquista pertencessem a outros reis ou príncipes. Esta bula também permitia aos portugueses reduzir à escravidão os infiéis e a apropriar-se de seus bens. Além disso, este documento exortava o rei português a prosseguir a luta contra os sarracenos e, para que D. Afonso V conseguisse angariar homens e dinheiro para financiar suas empreitadas, concedia a plenária remissão dos pecados a todos aqueles que acompanhassem Afonso V na guerra, ou, ainda, que contribuíssem de qualquer maneira para a “Cruzada” contra o Islã.

3. Considerações finais

No geral, é possível constatar que as guerras tardo-medievais portuguesas – exercício de poder régio-militar –, bem como a legitimação delas, foram objetos constantes e de grande importância nos diferentes discursos dos mais variados tipos de fontes. Nestas últimas, é possível notar este fato de diversas maneiras: através da idealização das ações bélicas régias e da cavalaria, ou, ainda, através da legitimação ou condenação de ações excessivamente violentas relatadas pelos cronistas portugueses; através das decisões sobre a guerra e os agravos resultantes do estado bélico, como sempre foram apontadas nas reuniões das Cortes com representantes dos três Estados; através das penalidades ou dos benefícios e mercês concedidos durante um período de tensão bélica, como se pode ver nas chancelarias régias; e, ainda, através das licenças, direitos e da legitimação concedida pelas Bulas Papais. De tal modo, os conflitos movidos por determinados reinos, grupos e interesses, eram justificados com base em diversos argumentos (religiosos, políticos e jurídicos), que, por sua vez, através dos diferentes documentos, visavam legitimar as consequências dos conflitos. No entanto, como já dito anteriormente, também havia ataques e críticas aos motivos, justificativas e às contradições inerentes ao estado bélico no medievo, tema que não foi aprofundado neste momento, mas que dá ensejo para um futuro trabalho.

Como já indicado neste texto, as obras de Zurara fazem parte de um “projeto” de escrita posto em prática para legitimar o poder régio e de parte da nobreza, bem como, para justificar suas ações e definir um ideal guerreiro adaptado às necessidades da expansão portuguesa durante parte do século XV (King, 1978: 38; Krus, 1993: 174; Brocardo, 1997: 14 e 20). Neste século, uma das necessidades do projeto de expansão lusitano era legitimar, frente aos outros reinos cristãos e internamente, a ação guerreira dos portugueses em África. Para isso, apelou-se ao discurso religioso da Reconquista. Porém, é evidente que era prerrogativa do Papa declarar um conflito como uma Cruzada, dando legitimidade para tal movimento bélico-religioso. Isto se torna mais perceptível quando se lê o conjunto das súplicas, letras e bulas referentes à guerra contra os muçulmanos, as quais foram concedidas pelos Papas do período entre 1410 e 1475.¹⁹¹ Assim, a empresa bélica portuguesa no norte da África foi reconhecida e legitimada através destes instrumentos papais, pois, como o discurso delas indicava, as forças portuguesas buscavam recuperar as antigas terras da cristandade.

É de se destacar, ainda, o fato de que na guerra em África estavam presentes tanto os tradicionais elementos cruzadísticos (a bula da Cruzada, o sinal da cruz, as relíquias religiosas, imagens de “santos guerreiros”, etc.), como, também, os novos

¹⁹¹ Grande parte delas já publicadas na *Monumenta Henricina*.

elementos (a Cruz da Ordem de Cristo, as representações pictóricas do culto mariano, entre outros). Assim, como afirmado por Maria de Lurdes Rosa, “[... as formas de] sacralização da guerra e da conquista no Portugal medieval [...] irão manter-se ao longo dos séculos, [...] permanecendo parte de um complexo cultural” (Rosa, 2010b: 11). Continuidades que seriam marcadas por alterações necessárias e, ainda, pelo surgimento de novos elementos legitimadores daquele conflito.

Portanto, como observado na *Crónica da Tomada de Centa* de Gomes Eanes de Zurara, nas cartas e nas bulas publicadas na *Monumenta Henricina*, o reforço de ideias, rituais e práticas religiosas e guerreiras que permearam a Reconquista – algumas que, anteriormente, também foram presentes nas Cruzadas –, foram de extrema importância para a legitimação da ação portuguesa contra o Islã no norte da África. Como afirmou Maria do Rosário Pimentel, “a guerra contra o infiel assumia, em simultâneo, uma feição religiosa e política” (Pimentel, 2007: 301). Pelo apelo a tais conceitos, nota-se que as ideias de “guerra justa” e de “guerra santa” se perpetuaram nos argumentos dos monarcas portugueses (e de toda a cristandade), legitimando ações políticas, jurídicas e militares, principalmente frente ao muçulmano, seja na Península Ibérica ou no Norte da África.

Fontes, Catálogos e Bibliografia

Fontes e Catálogos

D. Duarte (1982). *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*. Transcrição e Introdução por João José Alves Dias; Introdução e revisão por A. H. de Oliveira Marques; revisão por Teresa F. Rodrigues. Lisboa: Editorial Estampa.

Dias, J. J. A. (preparação); Pinto, P. (rev. de matriz); Pereira, M. J. (rev. de matriz). (1998-2002). *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte*. 1433-1438, dividido em 3 volumes e 2 tomos, vol. I, *Livro da Casa dos Contos*, vol. II, e *Livro original de 1433-1435*, vol. III. Coleção dirigida por A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

Dias, J. J. A. (preparação); Marques, A. H. de Oliveira (revisor); Pinto, P. (transcrição); Gonçalves, J. J. D. de F. (transcrição). (2004-2006). *Chancelarias Portuguesas: D. João I*. 1384-1433, dividido em 4 volumes e 11 tomos. Coleção dirigida por A. H. de Oliveira Marques. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

Dias, J. J. A. D. (org. e rev. geral). (2004). *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Duarte. Cortes de 1436 e 1438*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

Portugal. Arquivos Nacionais – Torre do Tombo. Direcção de Serviços de Arquivística e Inventário; Ramos, Maria de Fátima Dentinho Inglês do Ó (co-autor); Farinha, Maria do Carmo Jasmins Dias (co-autor). (1996). *Inventário do Núcleo Antigo*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo.

Vários autores. (1960). *As Gavetas da Torre do Tombo*. 12 vols. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.

Vários autores. (1960-1974). *Monumenta Henricina*. 15 volumes. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique.

Zurara, G. E. de (1992). *Crónica da Tomada de Ceuta*. Ed. de Reis Brasil. Sintra: Publicações Europa-América.

Zurara, G. E. de (1973). *Crónica de Guiné*. Barcelos: Livraria Civilização Editora.

Zurara, G. E. de (1997). *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Ed. de Maria Teresa Brocardo. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Zurara, G. E. de (1978). *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Ed. de Larry King. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, FCSH.

Bibliografia

Bertoli, A. L. (2009). *O Cronista e o Cruzado: a revivescência do ideal da cavalaria no outono da Idade Média Portuguesa (séc. XV)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

Bertoli, A. L. (2012). “Modelos de ação bélica na Crônica de D. Duarte de Meneses – Texto, Contexto e Representação”. In *Mirabilia, Revista Eletrônica de Antiguidade e Idade Média*, Vol. 15, Nº (2012/2), Junho/Dezembro, pp. 171-201. URL: http://www.revistamirabilia.com/nova/images/numeros/2012_15/09.pdf

Brocardo, M. T. (1997). “Introdução”. In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, pp. 9-20.

Costa, J. P. O. e (1999). “D. Afonso V e o Atlântico, a base do projecto expansionista de D. João II”. In *Mare Liberum*. Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. Número 17, Junho, pp. 39-71.

Farinha, A. D. (1999). *Os portugueses em Marrocos*. Colecção Lazúli. Instituto Camões.

Fernandes, F. R. (2000). “A participação da nobreza na expansão ultramarina portuguesa”. In *Revista de estudos Ibero Americanos*. Ed. Especial Brasil 500 anos. Porto Alegre: PUC/RS, pp. 107-124.

Gomes, R. C. (1993). “Zurara, Gomes Eanes de”. In Lanciani, Giulia (coord. e org.) & Tavani, Giuseppe (coord. e org.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 687-690.

Guimarães, M. L. (2004). *Estudo das representações de monarca nas Crônicas de Fernão Lopes (séculos XIV e XV): o espelho do rei – “Decifra-me e te devoro”*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

Guimarães, M. L. (2005). “A ensinança de evitar o Pecado na prosa de D. João I e D. Duarte”. In *Revista de História da UPLIS*. Vol. 1. Brasília: União Pioneira de Integração Social, pp. 25-41.

Kaeuper, R. W. (1999). *Chivalry and Violence in Medieval Europe*. New York: Oxford University Press Inc.

Kaeuper, R. W. (2009). *Holy Warriors: the Religious Ideology of Chivalry*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

King, L. (1978). “Introdução. Gomes Eanes de Zurara e a sua Crónica do Conde Dom Duarte de Meneses”. In Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Ed. de Larry King. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, FCSH, 1978, pp. 21-40.

Krus, L. (1993). “Crónica”. In Lanciani, Giulia (coord. e org.) & Tavani, Giuseppe (coord. e org.). *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho, pp. 173-175.

Lomax, D. (1984). *La Reconquista*. Barcelona: Crítica.

Martins, M. G. (2007). *Para Bellum. Organização e Prática da Guerra em Portugal durante a Idade Média (1245-1367)*. Tese de Doutoramento em História. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Coimbra.

Mattoso, J. (1993). *Fragmentos de uma composição Medieval*. Lisboa: Editorial Estampa.

McGlynn, S. (2008). *By Sword and Fire: Cruelty and Atrocity in Medieval Warfare*. London: Weidenfeld & Nicolson.

Monteiro, J. G. (1998). *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Notícias Editorial.

Moreno, H. B. (2001). “Balço de um século no Portugal anterior ao encontro do Brasil”. In *Arquipélago - História*. 2 série, V, pp. 545-560.

Nascimento, R. C. de S. (2005). *Os privilégios e os abusos da nobreza em um período de transição: o reinado de D. Afonso V em Portugal (1448-1481)*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

Nascimento, R. C. de S.; Cardoso, S. M. (2007). “História e Literatura: A Crônica do Conde D. Duarte de Meneses (Século XV)”. In *Anais XXIII Congresso de Educação do Sudoeste Goiano*. Educação e Meio Ambiente, Cerrado – Patrimônio em Extinção. UFG, Campus Jataí, pp. 01-8.

O’Callaghan, J. F. (2004). *Reconquest and Crusade in Medieval Spain*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.

Olival, F. (2002). “The Military Orders and the Nobility in Portugal, 1500-1800”. In *Mediterranean Studies*, XI, pp. 71-88.

Orta, D. A. A. (2007). *Escrita, poder e glória: cronistas tardo-medievais portugueses e a nobreza no primeiro movimento expansionista no noroeste africano (c. 1385-1464)*. Monografia de Graduação em História. Universidade Federal do Paraná. Curitiba.

Pimentel, M. do R. (2007). “A expansão ultramarina e a lógica da guerra justa”. In Meneses, Avelino de Freitas de (coord.) & Costa, João Paulo Oliveira e (coord.). *O reino, as ilhas e o mar-oceano*. Estudos em homenagem a Artur Teodoro de Matos. Porto Delgado/Lisboa: Universidade dos Açores/CHAM, pp. 299-317.

Rosa, M. de L. (2009). “Por detrás de Santiago e além das feridas bélicas. Mitologias perdidas da função guerreira”. In VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais. *A guerra e a sociedade na Idade Média*. 6 a 8 de Novembro de 2008. Volume II. Campo Militar de S. Jorge (CIBA) – Porto de Mós – Alcobaça – Batalha, pp. 383-404.

Rosa, M. de L. (2010a). “III. Do Santo Conde ao mourisco mártir: usos da santidade no contexto da guerra norte-africana (1415-1521)”. In *Longas Guerras, Longos Sonhos Africanos. Da tomada de Ceuta ao fim do Império*. Porto: Fio da Palavra Editores, pp. 93-107. (Texto original: “Vom Hieligen Grafen zum Morisken-Märtyrer: Funktionen der Sakralität im Dontext der nordafrikanischen Kriege (1415-1521)”. In *Novos Mundos – Neue Welten. Portugal um das Zeitalter der Entdeckungen*. Ed. Michael Kraus, Hans Ottomeyer. Berlin/Dresden: Deustches Historiches Museum/Sandstein Verlarg, 2007, pp. 89-105).

Rosa, M. de L. (2010b). “II. Velhos, novos e mutáveis sagrados... Um olhar antropológico sobre formas ‘religiosas’ de percepção e interpretação da conquista africana (1415-1521)”. In *Longas Guerras, Longos Sonhos Africanos. Da tomada de Ceuta ao fim do Império*. Porto: Fio da Palavra Editores, pp. 45-91. (Texto originalmente publicado em *Lusitania Sacra*, vol. 18, 2006, pp. 13-85).

Sousa, A. de (1984). *A morte de D. João I: um tema de propaganda dinástica*. Porto: Centro de Estudos Humanísticos.

Sousa, A. de (1990). *As cortes medievais portuguesas (1385-1490)*. 2 vols. Porto: INIC.

Sousa, B. V. e (2009). “I Parte – Idade Média (séculos XI-XV)”. In Ramos, Rui (coord.); Sousa, Bernardo Vasconcelos e; Monteiro, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, Capítulos V, VI e VII, pp. 135-196.

Thomaz, L. F. F. R. (1994) *De Ceuta a Timor*. 2ª Ed. Lisboa: Difel.